



câmara municipal MIRANDA DO CORVO



ORDEM DO DIA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO, A REALIZAR DIA 22 DE SETEMBRO DE 2016

De acordo com a alínea o), do n.º 1, do artigo 35.º e n.º 2, do artigo 53.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a seguir se indicam os assuntos da ordem do dia, para a reunião extraordinária do Executivo, a realizar no dia 22 de setembro de 2016, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas 17h00 horas. -----

1. ORDEM DO DIA -----

1.1 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA -----

1.1.1 ÁREA ADMINISTRATIVA E JURÍDICA -----

1.1.1.1 Protocolo de atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo para apoio à aquisição de VFCL - Proposta do Senhor Presidente. -----

1.1.2 ÁREA DOS RECURSOS HUMANOS -----

1.1.2.1 Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal. -----

1.1.2.2 Proposta de Recrutamento e Ocupação de Posto de Trabalho na Área de Educação - Com Recurso à Lista Final Homologada. -----

1.1.3 ÁREA FINANCEIRA -----

1.1.3.1 Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2017: proposta do Senhor Presidente, Miguel Baptista. -----

1.1.3.2 Fixação da participação variável no IRS a vigorar em 2017: proposta do Senhor Presidente, Miguel Baptista. -----

1.1.3.3 Fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a vigorar em 2017: proposta do Senhor Presidente, Miguel Baptista. -----

1.1.4 ÁREA DO PATRIMÓNIO -----

1.1.4.1 Regularização da situação a nível registral de artigos utilizados na Construção do Centro Educativo. -----

1.1.4.2 Revogação parcial de deliberação camarária de 15.12.2011 e da Assembleia Municipal de 23.12.11: requerimento n.º 13969/2016 de Maria Edite Antunes Caetano e Fernando Jorge Rodrigues Antunes. -----

1.2 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ISO 9001:2008
Prestado por: Câmara Municipal de Miranda do Corvo
Prestado por: Câmara Municipal de Miranda do Corvo
Prestado por: Câmara Municipal de Miranda do Corvo
Prestado por: Câmara Municipal de Miranda do Corvo





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

1.2.1 ÁREA DE AÇÃO SOCIAL -----

1.2.1.1 Proposta da Senhora Vice-presidente - Apoio ao Património dos Pobres. ----

1.2.2 ÁREA DA EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

1.2.2.1 Proposta 66/P/2016 do Senhor Presidente, Miguel Baptista com minuta de Protocolo de Colaboração "Fornecimento de Refeições aos Jardins de Infância e às Escolas do 1º ciclo dispersas pelo concelho" - Ano letivo 2016/2017, -----

1.2.3 ÁREA DE CULTURA E TURISMO-----

1.2.3.1 Proposta de Normas de funcionamento para a Feira da Caça e do Mel da Serra da Lousã / 2016. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
EN-0319/2008

Atestamos que o sistema de gestão da qualidade da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, conforme especificado no certificado de qualificação, está em conformidade com os requisitos da norma EN-0319/2008.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

7

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião Extraordinária do Executivo, estando presentes, o Presidente António Miguel Costa Baptista e os Vereadores Ana Maria Santos Marreco e Rosa de Gouveia, Sérgio Luís Rodrigues Sêco, Célia Maria da Conceição Mateus, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho, Rita Teresa Amado Ferreira e José Miguel Ramos Ferreira. -----

Faltou o Vereador Miguel António Bastos Brandão, por motivo de férias, que solicitou a sua substituição, nos termos do art.º 78.º e seguintes da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, tendo sido substituído pela Vereadora Rita Teresa Amado Ferreira. -----

O Presidente da Câmara António Miguel Costa Baptista, declarou aberta a reunião eram 17h00 horas. -----

1. ORDEM DO DIA -----

1.1 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA -----

1.1.1 ÁREA ADMINISTRATIVA E JURÍDICA -----

1.1.1.1 Protocolo de atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo para apoio à aquisição de VFCl - Proposta do Senhor Presidente. -----

No seguimento da aprovação da proposta n.º 54/P/2016, do Senhor Presidente, Miguel Baptista, datada de 13 julho de 2016, registada com o número 11298, em 14 de julho de 2016 e aprovada em reunião camarária de 15 de julho de 2016, e depois de efetuadas todas as correções aos compromissos existentes, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo de colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo, para apoio à aquisição de um veículo florestal de combate a incêndios/3000L. -----

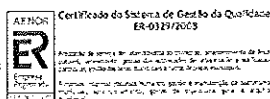
Mais deliberou remeter o processo à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. ---

1.1.2 ÁREA DOS RECURSOS HUMANOS -----

1.1.2.1 Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal. -----

Relativamente a este assunto, foi apresentada a informação n.º 14573, datada de 20 de setembro de 2016, da Área de Recursos Humanos. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2016 e remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

1.1.2.2 Proposta de Recrutamento e Ocupação de Posto de Trabalho na Área de Educação - Com Recurso à Lista Final Homologada. -----

Relativamente a este assunto, foi apresentada a Proposta n.º 67/P/2016, do Senhor Presidente, Miguel Baptista, datada de 20 de setembro de 2016 e registada sob o número 14609 em 21 de setembro de 2016.-----

A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Proposta, para recrutamento/ocupação de postos de trabalho de Assistente Operacional, na Área de Educação, com recurso à lista de ordenação final homologada, que tem validade por 18 meses, condicionada à aprovação da primeira alteração ao mapa de pessoal na Assembleia Municipal. -----

1.1.3 ÁREA FINANCEIRA -----

1.1.3.1 Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2017: proposta do Senhor Presidente, Miguel Baptista.-----

Foi presente a proposta número 69/P/2016, do Senhor Presidente, Miguel Baptista, registada sob o número 14593, em 20 de setembro de 2015.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta n.º 69/P/2016, referente à Derrama a cobrar no ano de 2017.-----

Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.-----

O Vereador José Miguel Ferreira, em nome da Coligação “Miranda Não Pode Parar” PPD-PSD/CDS-PP, apresentou a seguinte declaração de Voto: -----

Foi presente a proposta número 69/P/2016, do Senhor Presidente, Miguel Baptista, registada sob o número 14593, em 20 de setembro de 2015.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta n.º 69/P/2016, referente à Derrama a cobrar no ano de 2017.-----

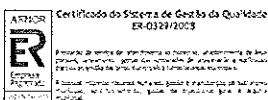
Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.-----

O Vereador José Miguel Ferreira, em nome da Coligação “Miranda Não Pode Parar” PPD-PSD/CDS-PP, apresentou a seguinte declaração de Voto: -----

“Nós votamos favoravelmente a proposta de lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2017, apesar de considerarmos que a taxa de derrama proposta deveria ser de zero. -----

No entanto, julgamos que é um valor, que não sendo o desejável, é aceitável. Não podemos deixar de fazer aqui algumas pequenas considerações.-----

O trajeto da derrama aqui no concelho, desde 2013, é a prova viva que estamos num concelho sem rumo. Um concelho sem rumo, onde o engenheiro Miguel Baptista quando foi





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

candidato à Câmara Municipal prometeu que ia baixar a derrama e, quando chegou à câmara, optou por aumentar a derrama para a taxa máxima, isto apesar de propostas nossas para não a aumentar e para, pelo contrário, a baixar.

No ano a seguir, fez uma mescla, aumentou um pouco de um lado e baixou de outro lado e, agora, vem precisamente colocar a derrama, grosso modo, da mesma forma que estava quando entrou na Câmara Municipal. Isto é, parece que andamos a brincar à derrama, como andamos a brincar às câmaras.

Julgo que, não é este o caminho que deveria ser seguido. Os investidores necessitam de apoio, especialmente numa câmara que pouco faz e que, por isso, podia perfeitamente dar a isenção total da derrama aos investidores em Miranda, uma vez que não era por aí que algum mal viria ao concelho. Para além disso, os investidores precisam de previsibilidade, isto é, as pessoas precisam de saber com o que contam. Não percebemos porque é que andámos a aumentar a taxa para agora voltarmos precisamente ao ponto onde estava.

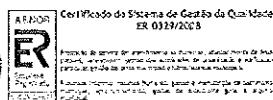
No entanto, e como disse no início, votamos favoravelmente, uma vez que se trata de uma descida e que trás a derrama para onde ela estava quando o engenheiro Miguel Baptista entrou na Câmara Municipal".

1.1.3.2 Fixação da participação variável no IRS a vigorar em 2017: proposta do Senhor Presidente, Miguel Baptista.

Foi presente a proposta nº 71/P/2016 do Senhor Presidente, Miguel Baptista, datada de 20 de setembro de 2016, sobre a fixação da participação variável no IRS a vigorar em 2017. ---

O Senhor Presidente procedeu à leitura da proposta. Seguidamente esclareceu que se trata de uma receita importante para a Câmara Municipal. Informou que vão manter o IMI no mínimo (como se verá no próximo ponto) e não podem abdicar desta receita. Além disso lembrou que 70% do imposto é pago por 10% das pessoas. Ou seja, está a aplicar-se um imposto que toca, principalmente, aos que têm maiores rendimentos, a classe alta e média-alta. Os restantes, praticamente não têm implicação. Lembrou que as pessoas que recebem o salário mínimo não pagam IRS. Concluiu, dizendo que este imposto é justo e progressivo. Mais referiu que aquilo que os senhores da direita normalmente querem é reduzir esta percentagem para facilitar a vida a quem mais ganha.

O Senhor Presidente deu a palavra ao Vereador José Miguel Ramos, que referiu ficar contente porque o presidente de câmara percebeu que o IRS é um imposto justo. Lembrou que é pena que o PS tanto tenha criticado os aumentos de IRS, que eram muito maus para a





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

classe média e para a classe baixa, e que agora venha optar por baixar o IRS, e por aumentar impostos indiretos que são cegos. -----

Referiu não poder deixar de dizer isto, porque tem piada colar isto à direita, quando foi precisamente a direita que fez o ajustamento através do IRS e quando é precisamente o PS que faz exatamente o contrário. -----

Quanto à proposta, referiu que como nos outros anos, a acham demasiado elevada. Referiu que gostaria de fazer uma proposta, já sabendo qual é a resposta, para que considere baixar a mesma, pelo menos para o valor que existia antes de entrar na câmara municipal.

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, a proposta n.º 71/P/2016, do Senhor Presidente, Miguel Baptista, com três votos contra da Coligação "Miranda Não Pode Parar" PPD-PSD/CDS-PP e com quatro votos a favor dos Vereadores do PS e do Senhor Presidente.

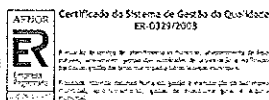
Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.

O Vereador José Miguel, em nome da Coligação "Miranda Não Pode Parar" PPD-PSD/CDS-PP, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

"Os vereadores da Coligação "Miranda Não Pode Parar" PPD-PSD/CDS-PP votaram contra a proposta de aplicação da taxa variável de IRS de 5%. Em primeiro lugar, por uma questão de coerência, porque ao longo de todo este mandato defendemos a aplicação de uma taxa mais baixa. Recordamos que esta Câmara Municipal herdou uma ótima situação financeira e que, para já, se mantém. Por isso seria fácil fazer uma redução de IRS que pudesse ajudar as famílias. Em segundo lugar, trata-se de uma oportunidade perdida, porque, como sabemos, em Miranda não há obra nem investimento. Basta termos em consideração o relatório aqui apresentado a semana passada, onde no final do primeiro semestre a Câmara apresentou uma "brilhante" taxa de execução de 12% do investimento, portanto, faz 12% daquilo que planeava fazer este ano. A desculpa de que é preciso poupar para fazer investimento não serve, a Câmara não investe. Poderia apoiar as pessoas, dando-lhes alguma folga financeira, tendo em conta a sua situação financeira. -----

Se a Câmara queria poupar, então que poupasse em avenças com advogados, que poupasse em avenças com empresas que gerem os fundos comunitários e que obtém resultados de zero, que poupasse em gastos correntes, esses sim exagerados na Câmara Municipal. -----

Portanto, nada contra os investimentos que o Senhor Presidente de Câmara disse que o IRS servia para apoiar. Contra sim, serem as famílias a sustentarem esses investimentos,





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

quando a Câmara Municipal com outro tipo de gestão, podia perfeitamente apoiar esses novos investimentos. -----

Dados os factos apresentados, nós votamos contra a proposta por considerarmos que a taxa é excessivamente alta e que a Câmara continua a perseguir os Mirandenses e os contribuintes Mirandenses.” -----

1.1.3.3 Fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a vigorar em 2017: proposta do Senhor Presidente, Miguel Baptista. -----

Foi presente a proposta nº 70/P/2016 do Senhor Presidente, Miguel Baptista, datada de 20 de setembro de 2016, sobre a fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a vigorar em 2017. -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta nº 70/P/2016 do Senhor Presidente, Miguel Baptista. -----

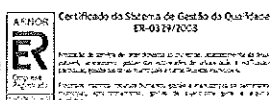
Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

1.1.4 ÁREA DO PATRIMÓNIO -----

1.1.4.1 Regularização da situação a nível registral de artigos utilizados na Construção do Centro Educativo. -----

Relativamente a este assunto, foi apresentada a informação nº 14574, datada de 20 de setembro de 2016, das Técnicas Paula Maria Pequito Cardoso Rosa e Ana Patrícia de Lemos Quatorze Cortês, sobre a regularização da situação a nível registral de artigos utilizados na construção do Centro Educativo e proposta da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. --

O Senhor Presidente referiu que esta foi mais uma confusão herdada e esclareceu que para efeitos de encerramento do QREN é necessário fazer o registo, nas Finanças e na Conservatória, dos vários artigos que compõem o Centro Educativo e o espaço envolvente. O processo foi organizado pelos serviços, está acompanhado pelo levantamento dos respetivos artigos (que no caso são dois), tem as escrituras dos primeiros artigos adquiridos há muitos anos. Mais referiu que naquele tempo não era exigido o título de posse (está a falar-se nos que foram adquiridos na década de 80), foi feita a escritura, mas na época não obrigatório a quem vendia comprovar o título de posse, sendo que a escritura feita na época não tem efeito para registo. Como já se passaram mais de vinte anos, o que se propõe é que a regularização da situação a nível registral seja feita por escrituras de justificação e só depois disso é que pode ser registado o Centro Educativo nas Finanças e na Conservatória e assim poder encerrar-se a candidatura. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Senhor Presidente deu ao Vereador Sérgio Sêco que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu irão votar favoravelmente para a resolução do assunto. Mas pediu para intervir devido à afirmação inicial do Senhor Presidente, de mais uma confusão herdada. Referiu que os artigos há mais de vinte anos tinham problemas, ora, há vinte anos ele próprio não estava na Câmara, há vinte anos o Centro Educativo não estava planeado, há vinte anos estamos a falar em 1997. -----

Aquando da construção do Centro Educativo a confusão que se recorda teve a ver com um proprietário que teve que fazer o registo do terreno e o assunto ficou resolvido passado um ano, e passado esse tempo iniciou-se a construção do Centro Educativo. -----

Mais referiu, em relação às confusões herdadas, que se o Senhor perder para o ano, nem imagina o conjunto de confusões que irão existir para o novo executivo. Ou se for daqui a 5 anos, imagina que as confusões serão sempre a somar. -----

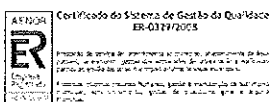
Recordou o Senhor Presidente que houve outras situações em que se levaram muitos anos a registar terrenos, e outras situações em que se descobriu que os terrenos não pertenciam à Câmara Municipal, mas foram situações que foram sendo resolvidas ao longo dos tempos, assim como de futuro irão existir outros problemas a resolver. -----

Mencionou a zona industrial da Pereira onde houve também muitas confusões de uma 2002, como de dez anos antes, isto para dizer, que as confusões e problemas sempre existiram e existirão, importante é que sejam resolvidos. -----

O Senhor Presidente respondeu que não são trapalhices, mas são trapalhadas que deixaram, porque construíram o Centro Educativo e não tiveram o cuidado de regularizar a situação. Referiu que também em relação à Casa das Artes foi a mesma coisa, por exemplo, não tinha seguros e estava a funcionar. Pediu para o Senhor Vereador não se preocupar que não será daqui a um ano, nem daqui a cinco, nem daqui a nove, se tudo correr bem, que os senhores terão oportunidade de resolver problemas, porque cá estaremos para os resolver. ---

O Senhor Presidente deu a palavra ao Vereador José Miguel Ramos que referiu esperar que quem venha a seguir ao Senhor tenha o prazer de ter problemas para resolver, com uma escola nova ou com uma casa de espetáculos, porque para isso é preciso fazer obra, para haver problemas é preciso fazer alguma coisa. Referiu que com o Senhor Presidente, o único problema que pode existir é com o campo sintético, porque não lhe conhece outra obra. -----

Em segundo lugar, referiu que espera que quem venha a seguir ao Senhor Presidente não tenha dois milhões e meio para pagar às Águas do Mondego, coisa que não sabe o que é





câmara municipal MIRANDA DO CORVO



(felizmente) e que espera que quem venha a seguir ao Senhor, seja quem for, não tenha esse problema, por irresponsabilidade e incompetência deste executivo.

Por outro lado disse que espera que quem venha a seguir ao Senhor, seja quando for, faça um bocadinho melhor do que tem sido feito.

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a realização de escritura de justificação dos artigos inscritos na matriz predial rústica da freguesia de Miranda do Corvo sob os números 10768.º e 10769.º e omissos na Conservatória do Registo Predial, afim de regularizar a situação a nível registral destes dois artigos utilizados na construção do Centro Educativo. Esta deliberação teve como pressuposto o conhecimento público que, sobre os referidos prédios são exercidos atos de posse pelo Município de Miranda do Corvo há mais de 30 anos, pois pelo mesmo têm vindo a ser praticados atos de posse e fruição dos aludidos prédios, em nome próprio, tendo o mesmo exercido de boa-fé, publicamente, sem qualquer oposição, pacificamente, continuamente a posse sobre aqueles, o que conduziu à aquisição por usucapião dos referidos prédios.

Mais, deliberou, por unanimidade, simultaneamente com a escritura de justificação retificar as áreas dos artigos inscritos na matriz predial rústica da freguesia de Miranda do Corvo sob os números 10768.º e 10769.º e omissos na Conservatória do Registo Predial, dado que se verificou que as áreas inscritas na matriz não correspondem à área física que na realidade possuem, de acordo com os levantamentos topográficos apresentados.

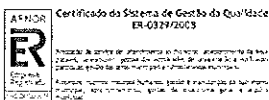
1.1.4.2 Revogação parcial de deliberação camarária de 15.12.2011 e da Assembleia Municipal de 23.12.11: requerimento n.º 13969/2016 de Maria Edite Antunes Caetano e Fernando Jorge Rodrigues Antunes.

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 70.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Sérgio Luís Rodrigues Sêco, comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por ligações de proximidade com os requerentes.

Nos termos do previsto no n.º 4 do art.º 70.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Presidente conheceu a existência do impedimento e declarou-o.

Foi presente requerimento de Maria Edite Antunes Caetano e Fernando Jorge Antunes Rodrigues, registado com o n.º 13969, em 16 de setembro de 2016, a solicitar a revogação parcial da deliberação de Câmara de 15 de dezembro de 2011 e da deliberação da Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2011.

O Senhor Presidente esclareceu que a pretensão dos requerentes é que para efeitos da permuta seja considerado que o valor correspondente aos 1.658,50m², ou seja, 5.000,00



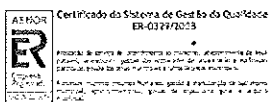


câmara municipal MIRANDA DO CORVO

euros, é equivalente ao valor que se atribui à faixa de terreno, com 3,50 metros de largura e cerca de 138,00 m². Ou seja, a câmara fica com 1.658,50m² e cede 138,00 m². Os requerentes pretendem também que a deliberação na parte que previa a constituição de uma serventia a favor de todos os confinantes, seja revogada. Basicamente, é feita a permuta e o direito de posse é único e exclusivo de quem permutou (não há nenhuma serventia sobre o terreno).-----

O Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador José Miguel Ferreira que questionou a razão da câmara não ficar com terreno, tendo em vista o valor reduzido do terreno de 5.000 euros. Referiu que não entende porque é que o Senhor Presidente, que na altura era Vereador, tivesse deliberado por unanimidade, e agora vá mudar aquilo que fez na altura. Na data, 15 de dezembro de 2011, a câmara deliberou por unanimidade, como se lê aqui, onde será simultaneamente constituída uma serventia a favor de todos os confinantes. E agora, a mesma pessoa que votou a favor vem querer revogar o que fez na altura. Referiu também que esta proposta, é uma proposta confusa, não é do Senhor Presidente, inicialmente há um requerimento de munícipes, depois a Dr.^a. Marilene dá o seu parecer, mas proposta da câmara municipal, não existe. Mais referiu que, segundo percebeu, o que se passou em 2011, foi que se entendeu que a existir uma serventia, devia ser para todos, e não só para um. E sendo assim, diz não entender: das duas uma, porque é que a câmara não fica com o terreno e paga os 5 000 euros e depois, ou faz uma serventia para todos ou até faz uma estrada para todos. Mencionou ter conhecimento que há uma questão legal que pode impedir a construção da estrada por causa do plano. Continuou dizendo que acha demasiado para beneficiar só um proprietário, quando há mais pessoas que precisam. Diz não entender como é que uma câmara que compra coisas tão caras, não gasta 5 mil euros e fica com o pedaço de terreno. ---

O Senhor Presidente respondeu que está bem claro que na altura o assunto foi aprovado por unanimidade na Câmara, porque na sessão de câmara foi apresentada uma proposta de permuta de um terreno. Foram acertados os pormenores entre as partes, de boa-fé, há uma declaração de aceitação e é trazido à sessão de câmara, onde os senhores vereadores concordam ou não com todo o processo, em termos de valores e em termos políticos, e votam em consciência. O que aconteceu foi aprovar-se na sessão e passados uns meses quando os vendedores tomaram conhecimento do teor da deliberação, esta não estava de acordo com aquilo que foi combinado entre as partes. É a situação que temos aqui, os requerentes demonstram que, desde a data de tomada de conhecimento da deliberação, não concordam integralmente com o teor da deliberação, porque o que ficou acordado na altura da





câmara municipal MIRANDA DO CORVO



negociação com os representantes da câmara municipal foi que a permuta seria apenas a favor dos confinantes. Ou seja, a proposta vem à sessão de câmara, os vereadores na altura pensaram que estava tudo bem entre as partes e votaram a favor. Referiu que foi o seu caso. Depois, através de requerimento vem a tomar-se conhecimento, que foi acordado uma coisa, e o que foi deliberado foi diferente, houve uma alteração ao que estava acordado. Por isso, agora é pedida a revogação parcial da questão da permuta, no que respeita à serventia a favor de todos os confinantes.-----

O Senhor Presidente deu a palavra ao Vereador José Miguel Ferreira que declarou, em primeiro lugar, que quando se vota aqui algo, por mais que venha com pareceres, se não for para analisar, não estamos aqui a fazer nada. Em segundo lugar, declarou que nunca, por mais que discordasse de algumas opções políticas tomadas, colocaria em causa a boa-fé do Senhor Presidente em qualquer negócio que tenha feito ao longo do seu mandato. Na altura foi deliberado com o voto por unanimidade um determinado acordo, se agora a parte vem dizer que o acordo não era assim, primeiro, diz não entender porque não fez o requerimento logo na altura e só o faz agora, e em segundo lugar, o que está em causa, é acreditar de olhos cegos na pessoa que faz o requerimento e a pôr em causa a palavra de todas as pessoas que aqui estavam antes, e isso é grave. Porque o que foi deliberado na altura, por unanimidade, foi um acordo entre as partes que dizia uma serventia para todos. Referiu saber que na altura houve essa discussão, portanto, a parte não pode dizer que não sabia (porque sabia perfeitamente o que ia acontecer). Declarou que é essa a informação que lhe foi dada, e por uma pessoa, que certamente compreendem que não ponha em causa a sua palavra nunca. Referiu que o que tem a dizer ao Senhor Presidente é que isto não é real, o que é que a parte agora quer um negócio melhor. Mas a Câmara não tem que o dar, nem tem que invalidar posição nenhuma. A Câmara quando muito, se a pessoa está muito insatisfeita, que compre o pedaço de terreno. E sirva toda a gente, e beneficie toda a gente. Agora beneficiar só um proprietário, a opção é do Senhor Presidente, mas certamente os outros ficarão muito contentes. -----

O Senhor Presidente explicou que se limitou a submeter para a sessão de câmara um processo que pensou não ter qualquer problema em termos de deliberação, porque é uma correção a algo que não terá sido feito de acordo com o que estaria combinado, e seria até uma forma de a Câmara honrar a palavra dada e deliberar como estava acordado com os proprietários. Mais referiu que a Câmara já está muito atrasada com a resolução deste problema. Foi criada uma expectativa aos proprietários do terreno da zona industrial, de



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ISO 9001:2015
Prestador de serviços de gestão de resíduos e gestão de resíduos de construção e demolição
Câmara Municipal de Miranda do Corvo





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

permuta direta com aquele terreno. Quem recebe em permuta fica proprietário, não é ficar proprietário e mais uns vizinhos que depois também ficam com acesso ao terreno, se depois quiserem vir a dar serventia aos vizinhos, é da vontade deles. Continuou dizendo que o que se pretende é revogar a deliberação em termos de permuta, a Câmara poupa 5 mil euros porque não tem que estar a comprar, recebe em permuta 1658 metros, por 138 metros.

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com duas abstenções da Coligação “Miranda Não Pode Parar” PPD-PSD/CDS-PP e com quatro votos a favor dos Vereadores do PS e do Senhor Presidente, a revogação parcial da deliberação de câmara de 15 de dezembro de 2011 e da Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2011, nos seguintes termos: nas referidas deliberações do órgão executivo e deliberativo, apenas se manterá a permuta de 1/6 dos artigos rústicos 24229.º e 24230.º, inscritos na matriz predial rústica da freguesia de Miranda do Corvo e devidamente descritos na Conservatória do Registo Predial de Miranda do Corvo, sob o número 8184/19950921, sitos em Colmeias, Zona Industrial da Pereira, Miranda do Corvo (sendo atualmente comproprietários Maria Edite Antunes Caetano e Fernando Jorge Antunes Rodrigues -únicos herdeiros por óbito de Casimiro Rodrigues Caetano), a que corresponde cerca de 1.658,50 m², por uma faixa de terreno de 3,50 m de largura (e cerca de 138,00 m²) sobre o terreno onde atualmente se localiza o Estaleiro das obras, nas Meãs, da propriedade deste Município, artigo este a identificar, sendo considerado que o valor correspondente aos 1.658,50m², ou seja, 5.000,00 euros, é equivalente ao valor que se atribui à faixa de terreno, com 3,50 metros de largura (e cerca de 138,00 m²), propriedade deste Município. Revogando-se a deliberação na parte que previa que sobre a referida faixa seria simultaneamente constituída uma serventia a favor de todos os confinantes a identificar existentes no local, logo que reunidos os requisitos legais para o efeito.

Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.

1.2 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

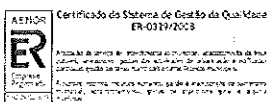
1.2.1 ÁREA DE AÇÃO SOCIAL

1.2.1.1 Proposta da Senhora Vice-presidente - Apoio ao Património dos Pobres.

Foi presente a Proposta n.º 14/VP/2016 da Senhora Vice-Presidente, Ana Gouveia, datada de 20 de setembro de 2016, para o reforço de medidas de ação social que visem apoiar indivíduos e famílias que se encontram em situações de carência económica.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta n.º 14/VP/2016 da Senhora Vice-Presidente, Ana Gouveia, no Apoio ao Património dos Pobres.

1.2.2 ÁREA DA EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

1.2.2.1 Proposta 66/P/2016 do Senhor Presidente, Miguel Baptista com minuta de Protocolo de Colaboração "Fornecimento de Refeições aos Jardins de Infância e às Escolas do 1º ciclo dispersas pelo concelho" - Ano letivo 2016/2017. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador José Miguel Ferreira, comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por ter ligações familiares com a instituição. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal reconheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Foi presente a proposta nº 66/P/2016 do Senhor Presidente, Miguel Baptista, datada de 19 de setembro de 2016, com o Protocolo de Colaboração "Fornecimento de Refeições aos Jardins de Infância e às Escolas do 1º ciclo dispersas pelo concelho" - Ano letivo 2016/2017, ---

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Proposta, bem como a minuta de protocolo de fornecimento de refeições que se encontra anexa à mesma. -----

1.2.3 ÁREA DE CULTURA E TURISMO-----

1.2.3.1 Proposta de Normas de funcionamento para a Feira da Caça e do Mel da Serra da Lousã / 2016. -----

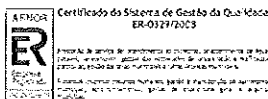
Relativamente a este assunto foi apresentada a informação nº14566, de 20 de setembro de 2016, com Proposta para as Normas de Funcionamento para a Feira da Caça e do Mel da Serra da Lousã / 2016. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta para as Normas de Funcionamento para a Feira da Caça e do Mel da Serra da Lousã / 2016. -----

FINAL DA ATA

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos eram dezoito horas. -----

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que secretariou a reunião e deu indicação no sentido de elaborar a respetiva ata.-





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Presidente da Câmara Municipal,


(António Miguel Costa Baptista)

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira


(Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues)



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
EN-0129/2003

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo, através do seu presidente, o senhor António Miguel Costa Baptista, encontra-se em conformidade com os requisitos da norma EN-0129/2003, emitida pelo Instituto Português da Qualidade, para a prestação de serviços de gestão municipal.

